



ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 19h30min do dia 20/10/16, no Plenário Juscelino Kubitschek, sob a presidência do vereador Jorge Santos, deixou de reunir-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Mesmo não havendo quórum, o presidente declarou aberta a reunião, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei do Orçamento Anual - LOA - 2017. Registre-se que esta audiência realizou-se conforme Requerimento de Comissão nº 460/16, de autoria do vereador Jorge Santos, e que estava marcada para iniciar-se às 19 horas. O presidente convidou para compor a mesa o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Bruno Leonardo Passeli, representante, neste ato, do secretário municipal de governo, Vítor Mário Valverde. O presidente registrou a presença de: 1) o secretário municipal de Finanças, Pedro Meneguetti; 2) o secretário municipal adjunto de Assistência Social, Marcelo Alves Mourão; 3) o secretário municipal de Saúde, Fabiano Geraldo Pimenta Júnior; 4) a secretária municipal adjunta de direitos da Cidadania, Gláucia Costa Brandão; 5) a promotora de justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gema. O vereador Jorge Santos passou a palavra ao secretário Bruno Leonardo Passeli. Este procedeu, por meio de eslaides, à exposição do projeto da LOA 2017. Comentou a expectativa de receita para 2017, baseada nos índices de crescimento econômico do país e nos índices inflacionários indicados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017 (6% da inflação e 1% do PIB). Considerou os esforços de combate à sonegação fiscal e a



redução do estoque da dívida ativa. Falou dos repasses aos Estados e Municípios para novos investimentos e garantia de continuidade de projetos em andamento previstos no orçamento da União, como também da previsão de recursos de operações de crédito para financiamento de investimentos. Apresentou, com detalhes, na receita, a demonstração dos recursos ordinários, como também dos recursos vinculados. Esclareceu que o total da receita para 2017 estava orçada em R\$11.580.356.244,00. Comparou a LOA 2016 com o projeto de lei que encaminha a LOA para 2017. Salientou a redução dos valores na LOA para 2017 em decorrência da desaceleração na economia, o que ocasionou mudança na base de cálculo. Salientou que o valor previsto para 2017 encontra-se superestimado. Detalhou a composição da receita corrente líquida e comentou as diversas modalidades dispostas entre receitas correntes, receitas de capital e receitas intraorçamentárias. Ponderou que, da receita corrente líquida entre apuração de arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, contribuições, receita patrimonial, receita de serviços, transferências intergovernamentais, outras transferências correntes e outras receitas correntes, obteve-se o seguinte resultado alcançado: R\$9.122.493.480,00. Apresentou a síntese do orçamento consolidado para 2017. Esclareceu que a arrecadação da administração direta responde pela administração indireta. Comentou a síntese dos orçamentos das empresas que resultam em aproximados R\$22.954.000,00. Em seguida, apresentou a síntese dos orçamentos das autarquias e fundações, tais como a Fundação Municipal de Cultura, Fundação Zoo-Botânica, Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, Hospital Odilon Behrens - HOB. Quanto à renúncia de receita, em conformidade com os valores aprovados na LDO representadas pelas isenções e remissões somadas ao desconto oferecido à população no pagamento antecipado do Imposto Predial e



Territorial Urbano – IPTU, apresentou, como resultado, uma soma de R\$67.900.00,00. Apresentou, em seguida, as despesas para 2017, com base representada nos sustentadores por área de resultados consolidados, em número de 12: “Cidade Saudável”, “Modernidade”, “Educação”, “Cidade Sustentável”, “Cidade com Mobilidade”, “Cidade de Todos”, “Cidade com todas Vilas Vivas”, “Cidade Segura”, “Cultura”, “Prosperidade”, “Cidade Compartilhada” e “Integração Metropolitana”. Salientou que esses projetos se servem de 27,84% do orçamento total da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, com seus respectivos pesos. Quanto ao demonstrativo de despesas por função de governo, apresentou todas as funções de governo de forma mais simplificada, comparadas aos respectivos exercícios de 2016 e 2017, em que são demonstrados os impactos exercidos por cada uma das funções. Exemplificou com a menção da função representada pela área da Saúde, em que temos despesas na casa de R\$3.964.869.905,00, sendo previsto, para 2017, despesas na ordem de R\$3.781.928.190,00. O presidente perguntou quais as razões da queda nos investimentos da saúde. Bruno Leonardo Passeli apresentou as fontes de recursos que resultam em R\$11.580.356.244,00, oriundas de recursos ordinários do tesouro, transferências constitucionais da Educação, contribuição de receitas previdenciárias, entre várias outras. Mencionou de forma detalhada, quanto às despesas por categoria econômica e grupo de despesa, as despesas correntes, despesas de capital e reserva de contingência. Mencionou o plano de obras para 2017, com a previsão de R\$1.185.431.445,00, relacionados às funções de governo. Relatou pleito da PBH com o governo federal, relacionado a recursos para fomento de obras que compõem o orçamento participativo. Apresentou as despesas fixadas para 2017 por área de abrangência, mais precisamente por cada regional desta capital. Salientou as dificuldades de se regionalizar, por exemplo, despesas as relacionadas ao sistema de



transporte Move. Acrescentou que despesas com Educação seriam mais fáceis de serem regionalizadas. Quanto à aplicação de recursos com pessoal, anunciou um total de gastos na casa de R\$4.073.477.073,00. Anunciou aplicação de recursos com a Educação, orçados num percentual de 27,83%, sendo as aplicações com a Saúde representadas por um total de 23,42%. Apresentou três grandes orçamentos temáticos: o da criança e do adolescente, o do idoso e o dos deficientes. Destacou que esses orçamentos sofreram redução percentual de 2016 para 2017. Mencionou que o percentual do orçamento para o idoso se repetiu de um exercício para o outro. Destacou que vem sendo aumentada a transparência da aplicação de recursos, como também o trabalho de sua assessoria nessa transparência mencionada. O presidente questionou com relação ao orçamento das empresas, como o orçamento da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans. Perguntou com relação às despesas quais seriam e os detalhamentos das mesmas. Bruno Leonardo Passeli esclareceu que nenhuma das empresas municipais gera receita para a PBH, e que quanto à receita arrecadada ela é aplicada na manutenção dessas e dos serviços prestados. Disse que a BHTrans conta ainda com recursos do Tesouro do Município. Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gema saudou os presentes. Mencionou o artigo 4º do Projeto de Lei do Orçamento para 2017 que se relaciona a 15% de créditos suplementares o que significaria um percentual elevado. Comentou que para a Educação estaria sendo destinado um valor aproximado ao destinado aos Créditos Suplementares o que constituiria um absurdo na questão da aplicação de recursos do orçamento do Município. Salientou que apresentará emenda voltada a dar maior apoio quanto a recursos para a criança e o adolescente. Questionou percentual de investimentos voltado à criança e ao adolescente. Perguntou a Bruno Leonardo Passeli se existiriam valores determinados, exclusivos para a criança e o adolescente, no projeto de



orçamento anual em tela. Disse que para quem não domina o tema ora abordado não está expresso no projeto da LOA 2017 na função Educação o que se destinaria à criança e ao adolescente. Perguntou se os recursos para o atendimento em saúde mental de criança e adolescente estariam claramente direcionados. Bruno Leonardo Passeli esclareceu que o valor total do orçamento da BHTrans soma R\$171 milhões sendo que a receita desta empresa está orçada em R\$19 milhões. Esclareceu à promotora Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gema a importância de no início do exercício orçamentário anual contar-se com uma margem de recursos para a criança e adolescente com a possibilidade de realocação de recursos sem previsão clara e exclusiva, pois há dependência de arrecadação e receita por parte do Município que pode ser favorável ou não. Disse que 15% é o percentual que se pode tirar de uma função para outra. Mencionou que com o advento de um novo governo para o Município no ano de 2017 é importante a existência de margem favorável de recursos. Destacou que com a rigidez da legislação que trata da temática desta audiência pública há que se estabelecer valores próximos a 15% para a educação. Comentou que o orçamento da criança e do adolescente revela detalhamentos que podem ser esclarecedores aos questionamentos apresentados pela promotora em sua fala anterior. O presidente observou baixo investimento para a área da saúde em contraposição ao destinado à realização de várias obras. Fernando economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese - comentou a distribuição dos gastos por função com destaque na função trabalho. Comentou o cenário de crise de desemprego onde a taxa desta ocorrência tem crescido sistematicamente, em especial, nesta Capital que segue o cenário do país como um todo. Destacou que a função trabalho sempre oscilou em torno de 1,5% do orçamento e que no momento atual foi rebaixada a menos de 1%. Citou que foi mencionado que a despesa com pessoal atingiria a



ordem de 44% da receita corrente líquida. Disse querer entender porque o último dado foi de 40,69% para despesa com pessoal se a expectativa seria de 44%. Perguntou a respeito da possibilidade de aumento dessa despesa. Fabiano Geraldo Pimenta esclareceu que não dá para direcionar parte do orçamento da saúde, pois há necessidade de se poder trabalhar com margem flexível de aplicação do orçamento para atender às necessidades que surgem com especificidades imprevisíveis por ora. Esclareceu que para os Centros de Referência em Saúde Mental - Cersam - há orçamento definido para a criança e o adolescente. Ponderou que há que se manter orçamento abrangente sem detalhar especificamente a criança e o adolescente para que o atendimento não sofra limitações. Esclareceu que há poucos recursos para obras em função da falta de recursos. Mencionou previsão de obras que seriam realizadas. O presidente comentou ser complicada essa falta de recursos em decorrência da importância da destinação de recursos para uma área tão prioritária quanto a da Saúde. Daniel solicitou extensão de prazo para sugestões populares apresentadas por movimentos sociais até o próximo domingo à meia noite. O presidente informou o prazo estipulado pela CMBH para as sugestões pessoais de 7h30min de 18/10 até 24 horas de 21/10/16. Daniel perguntou se poderia ser estendido esse prazo. O presidente justificou que não em decorrência da falta de quórum para deliberação. Bruno Leonardo Passeli respondeu a Fernando que a mencionada redução na função trabalho que foi de 1,15% para 0,87% foi brutal porque o governo do Município teve que enfrentar contenções como redução de postos de trabalho. Comentou licitação do plano de saúde para os servidores que anteriormente cobrava-se do servidor uma parte fixa e a PBH pagava a fatura da Unimed com o restante que fosse necessário. Destacou ser isto um risco para a PBH. Esclareceu que a PBH oferece, agora, plano de saúde em que contrato foi licitado a partir de mudança de tecnologia. Destacou que se o servidor deixar de pagar durante 90 dias



perde o direito ao plano de saúde. A PBH agora tem a despesa somente daquela que é a sua parte. Reconheceu, no entanto, que este seria o momento da PBH reavaliar ações para a formação e incremento de mão-de-obra no Município. Concluiu que todas as funções atendidas pelo orçamento municipal são importantes de forma igual. O presidente agradeceu a todos o assessoramento e o comparecimento. Bruno Leonardo Passeli agradeceu a boa relação construída entre os poderes Legislativo e Executivo municipais que se mostrou frutífera. Na mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos, às 20h22min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)
distribuída em avulso, no dia 9 / 11 / 16, não
foi apresentada impugnação no prazo regimental.
21 / 11 / 16

Presidente